

Romano Advogados Associados

ILMO. SR. PREGOEIRO DESIGNADO PELO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRCRJ.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90003/2024

ROMANO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ n.º 06.995.568/0001-76, dispensada de inscrição estadual, Inscrição Municipal: 3.338.596-3, estabelecida na Rua Lord Cockrane, 616, Ipiranga Offices, Salas 109/110, Cep: 04213-001, São Paulo/SP, por intermédio de sua Representante Legal, Sr.ª Debora Romano, portadora da Cédula de Identidade n.º 9.543.021 SSP-SP e do CPF n.º 077.072.678-00, na qualidade de participante da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, com fundamento no item 8 do edital em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor o presente **RECURSO**, pelos fatos e fundamentos legais a seguir expostos:

Em 08/10/2024, este órgão, através de seu departamento administrativo, tornou público, a conhecimento de todos os interessados, o edital de pregão eletrônico, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de consultoria e assessoria trabalhista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

O pregão em referência foi instalado regularmente, tendo sido declarada vencedora a proposta ofertada pelo licitante MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ 26.926.178/0001-51, apresentando para o item 1, a estimativa de R\$ 2.750,00, pelo período de 12 meses, perfazendo a quantia mensal de R\$ 229,16, e para a proposta II, a estimativa de R\$ 14.750,00, perfazendo a quantia mensal de R\$ 1.229,16,

1

Romano Advogados Associados

equivalente ao valor de R\$ 72,30 por pasta, ofertando o valor global de R\$ 17.500,00 anual, equivalente a R\$ 1.458,33 mensais.

Entretanto, de forma prematura este Ilustre Pregoeiro houve por bem declarar habilitada a sociedade de advogados vencedora, sem atentar-se que sequer a licitante poderia ter concorrido ao certame, eis que sua habilitação é desprovida de documentos essenciais para a validade de sua habilitação, além da proposta comercial apresentada pela licitante não ser dotada de exequibilidade, não se encontrando compatíveis com os valores exigidos pela Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, do Rio de Janeiro, dando azo a interposição da intenção do presente Recurso:

Aliás, a licitante pratica o aviltamento dos honorários advocatícios, o que deverá inclusive dar-se conhecimento à OAB local, por infração aos artigos 2º, VIII, “f”, bem como do artigo 29, Parágrafo Único, e artigo 489 abaixo reproduzido, todos do Código de Ética da OAB¹, considerando os atestados de capacidade técnica apresentados, de onde se destaca que para advocacia de partido, a empresa CFA 100 Empreendimentos e Construções Ltda. EPP – CFA Engenharia, remunera o escritório mensalmente com R\$ 500,00 mensais.

CFA 100 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP (CFA ENGENHARIA), sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ sob nº 07.211.401/0001-30, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935, sala 907, Centro, Niterói/RJ, CEP 24.020-206, neste ato representada por seu representante legal **ARTHUR FIGUEIRA MONERAT**, casado, empresário, portador do RG nº 011.425.464-2 – expedido pelo DIC/RJ, com CPF nº: 101.908.577-06, residente e domiciliado na Rua Presidente Backer, nº 81, apto. 806, Icaraí, Niterói/RJ, CEP 24.220-045, **DECLARA** que possui sob o patrocínio do escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, atualmente, contrato de prestação de serviços jurídicos, desde 29 de julho de 2021, com consultoria jurídica especializada nas áreas cível e trabalhista, cuja remuneração se dá na ordem de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

¹ <https://www.oab.org.br/publicacoes/AbriuPDF?LivroId=0000004085>

Romano Advogados Associados

Já para prestação de serviços à empresa Excenge – Excelência em Engenharia Ltda. EPP – CNPJ 07.603.606/0001-60, a sociedade de advogados MENEZES E MENEZES recebe a título de prestação de serviços privativos de advogados, os honorários de R\$ 350,00 mensais!!!!

EXCENGE - EXCELÊNCIA EM ENGENHARIA LTDA. – EPP., inscrita no CNPJ sob o n.º: 07.603.606/0001-60, situada a Rua Timbiras, nº 96, São Francisco, Niterói/RJ, CEP.: 24.360-250, neste ato representada por seu representante legal **LUÍS CARLOS TOSTA XAVIER**, casado, empresário, portador do RG nº 31.676-D – expedido pelo Crea/RJ, com CPF nº: 243.849.787-97, residente e domiciliado a Avenida Rui Barbosa, nº 457, apto. 602, São Francisco, Niterói/RJ, CEP.: 24.360-440, **DECLARA** que possui sob o patrocínio do escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, atualmente, contrato de prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, nas áreas cível e trabalhista, desde 15 de dezembro de 2020, cujos honorários perfazem a quantia de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

CAPÍTULO IX DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

Art. 48. A prestação de serviços profissionais por advogado, individualmente ou integrado em sociedades, será contratada, preferentemente, por escrito.

...

§ 6º Deverá o advogado observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional onde for realizado o serviço, inclusive aquele referente às diligências, sob pena de caracterizar-se aviltamento de honorários (grifo nosso)

DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE

Para devida habilitação no processo licitatório, o edital assim exige:

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

O Termo de Referência assim consta:

10.12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.12.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.12.3. Qualificação Econômico-Financeira

10.12.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

Entretanto o licitante vencedor não apresentou Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários de Federais e à Dívida Ativa da União justamente por ter pendências com o FISCO, não encontrando-se nem mesmo apto quando da abertura da licitação.

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.926.178/0001-51 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova consulta](#)[Avaliar](#)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Consulta de certidão

Permite consultar e emitir 2ª via de CND e CAC. Abrange certidões emitidas a partir de 03/11/2014.

CNPJ:

Pesquisa:

☐ Data de validade

☒ Data de emissão

Período a partir de 03/11/2014:

a

[Consultar](#)[Limpar](#)

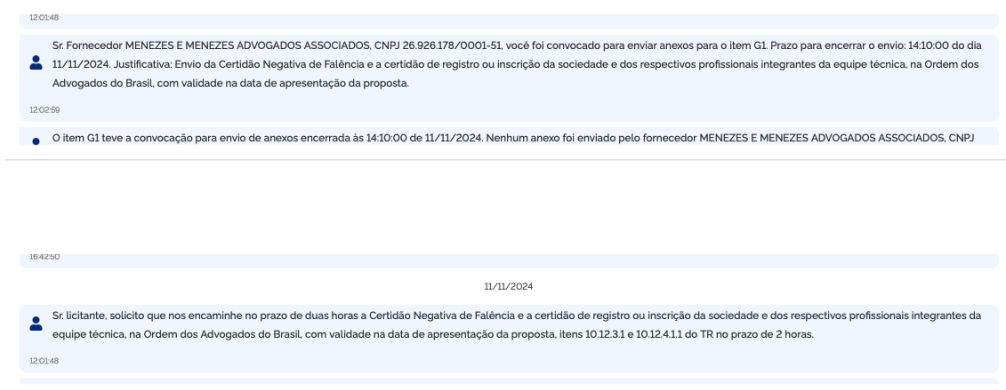
Consulta de certidão

⚠ Não existe certidão emitida para os dados consultados.

[Ok](#)[⬆ Voltar para o topo](#)

Até mesmo para verificação da documentação exigida no edital, o Pregoeiro teve que solicitar por diversas oportunidades o encaminhamento pelo chat, reabrindo por liberalidade própria do agente, o prazo das 2 (duas) horas concedido – no dia 11/11/2024 às 12:02:59 e depois às 14:10:00, ressaltando que até às 19:20:00 do dia a licitante MENEZES E MENEZES NÃO HAVIA ANEXADO NENHUM DOCUMENTO. E assim ocorreu diversos dias sem atendimento ao solicitado pelo Pregoeiro através no canal formal do chat.

Romano Advogados Associados



Com efeito, sequer a habilitação da licitante deveria ter sido aceita. Entretanto, por observância ao princípio da eventualidade, melhor razão não assiste quanto a aceitabilidade da proposta apresentada, eis que flagrante sua inexigibilidade.

DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA

A princípio, em que pese a licitante de ter sido consultada pelo órgão anteriormente, para apresentação de estimativa de preços verifica-se que aparentemente seus valores não foram computados, na média dos honorários estimados pelo órgão. Não obstante o silêncio, na oportunidade do certame, a licitante apresentou valores inferiores ao mínimo estimado pela OAB de onde encontra-se sediada – Rio de Janeiro², os apresenta os seguintes valores, como dignos:

Pedido do Órgão para elaboração da estimativa de honorários:

Assunto **Proposta de honorários para o CRCRJ.**
De Departamento Jurídico CRCRJ - Mattheus Cardoso
<juridico@crcrj.org.br>
Para <contato@menezesemenezes.com.br>
Data 02/05/2024 10:49



² https://www.oabRJ.org.br/sites/default/files/tabela_site_11_2024.pdf

Romano Advogados Associados

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tabelas de Honorários Mínimos

Atualização, até o mês de OUT/2024, pelo índice mensal (IGP-M FGV)

novembro/2024

**ADVOCACIA MENSAL DE PARTIDO: DE R\$ 4.001,47 A R\$ 6.437,14 MENSAIS
TOTALIZANDO = R\$ 48.017,64 A R\$ 77.245,68, ANUALMENTE**

TABELA VI	advocacia mensal ou de partido	
	1 - Sem vínculo empregatício e sem obrigação de cumprimento de horário de atendimento:	
	1.1 - Em caráter meramente consultivo	4.001,47
	1.2 - Com assistência total na comarca da sede do Advogado	6.437,14

Ainda que se cogite o cálculo com base na realização de atos avulsos, como audiências, para o atendimento a 17 processos judiciais, tem-se: $17 \times R\$ 265,74 = R\$ 4.517,58$ aplicando-se o desconto que a tabela menciona de 11 a 20 audiências – 35% = R\$ 172,74 por processo $\times 17 = R\$ 2.936,58$ mais que o dobro do valor ofertado pelo licitante, de R\$ 72,30.

TABELA XXXII	Advocacia de Correspondência	
	1 - Participação em audiência de conciliação ou instrução e julgamento	265,74
	Obs.: 1. Os valores acima poderão sofrer um percentual de desconto, caso haja maior quantidade de audiências a serem realizadas pelo profissional no período de um mês, da seguinte forma:	

Romano Advogados Associados

TABELA I Consultas e Pareceres		
1 - Verbal		
1.1 - Sem litígio - cada uma		1.739,77
1.2 - Em discussão ou litígio - cada uma		4.001,47
2 - Escrita (parecer)		12.874,29
TABELA II Diligências Profissionais Avulsas		
1 - Acompanhar cliente a cartório extrajudicial, por vez		1.739,77
2 - Acompanhar cliente a cartório judicial, por vez		2.261,70
3 - Acompanhar cliente a audiência:		
3.1 - No cível - cada vez		3.305,56
3.2 - Na esfera administrativa - cada vez		1.739,77
3.3 - Na repartição policial - cada vez		4.001,47
4 - Requerimento ou petições avulsas - cada		1.391,81
4.1 - Em assunto civil não-litigioso - cada		1.391,81
4.2 - Em assunto civil litigioso - cada		2.261,70
4.3 - Em questões de caráter penal - cada		4.001,47
4.4 - Em assuntos administrativos não-contenciosos - cada		1.391,81
4.5 - Em assuntos administrativos de caráter contencioso - cada		2.261,70
5 - Assistência as escrituras públicas:		
5.1 - De caráter meramente consultivo		1.391,81
5.2 - Por nomeação judicial		695,91
6 - Acompanhamento e diligências para exames pericia:		
6.1 - De caráter administrativo		4.001,47
6.2 - De caráter judicial		4.523,40
6.3 - De caráter extrajudicial		2.261,70
7 - Exames de papéis, documentos e processos em repartições públicas extrajudiciais		1.391,81
8 - Idem em repartições públicas judiciais		2.261,70
9 - Pedidos de certidões		695,91
10 - Obtenção de documentos, em quaisquer repartições, por meio de cópias reprográficas		695,91
Obs.: Os valores desta TABELA serão absorvidos (compensados) com os honorários específicos, se o Advogado for contratado para as medidas judiciais ou extrajudiciais.		

Ora, de acordo com os valores mínimos indicados pela tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, verifica-se inexecutável, digno de apresentação de um trabalho com nível intelectual esperado, a proposta de R\$ 2.750,00 (item 01), pelo período de 12 meses, perfazendo a quantia mensal de **R\$ 229,16**, e para a proposta 02, a estimativa de R\$ 14.750,00, perfazendo a quantia mensal de R\$ 1.229,16, equivalente ao valor de R\$ 72,30 por processo, ofertando o valor global de R\$ 17.500,00 anual, equivalente a R\$ 1.458,33 mensais, que após as deduções legais, equivalente a menos que 01 (um) salário mínimo mensal e considerando ainda que o edital exige a disponibilidade de no mínimo 02 profissionais advogados, a remuneração deverá ser repartida igualmente entre os dois.

Face ao acima exposto, com o devido respeito, verifica-se que a classificação da licitante vencedora foi equivocadamente, eis que sequer apresentou certidão obrigatória na fase de habilitação, bem como

Romano Advogados Associados

apresenta proposta inexecutável, o que torna nulo o certame desde o decreto de sua classificação, implicando na desobediência ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de modo que a decretação da inabilitação da empresa vencedora, e a retomada da licitação, é a medida que se impõe.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 27 de novembro de 2024.

Romano Advogados Associados
Debora Romano - OAB/SP 98.602
CPF 077.072.678-00